

RESENHAS

MODELOS DE SOCIEDADE E ESCOLHA RACIONAL

por Plínio Dentzien

Modelos da sociedade e da política fundados na racionalidade individual têm ocupado espaço crescente nas preocupações dos cientistas sociais pelo menos desde os anos cinquenta. A novidade da polêmica recente em torno do individualismo metodológico é o interesse que a questão vem despertando entre certo tipo de marxistas (Berger e Offe, 1982; Cohen, 1982; Elster, 1982, 1983, 1986; Przeworski, 1985, 1986; Roemer, 1982a, 1982b). A proposta metodologicamente individualista consiste em fundar qualquer teoria da sociedade exclusivamente nas ações dos indivíduos, de tal forma que o discurso teórico não precise lançar mão de conceitos referidos a níveis supra-individuais a não ser temporariamente (enquanto persistir a ignorância sobre os processos interindividuais adequados) ou por conveniência.

Essa proposta enfatiza a autonomia dos indivíduos e se opõe ao que define como coletivismo metodológico, que enfatiza a determinação institucional, estrutural ou histórico-estrutural, e cujas vertentes sociológicas clássicas são o marxismo, o funcionalismo e o estruturalismo (embora só as duas primeiras sejam confrontadas explicitamente com o individualismo metodológico). Harsanyi (1969) opõe as teorias da escolha racional ao funcionalismo e ao conformismo e é também o funcionalismo que faz as vezes de explicação “sociológica” no conhecido trabalho de Barry (1978) em que a escolha racional é tomada como modelo da “teoria econômica da sociedade”.

Essa polaridade corta as teorias clássicas da sociedade: Marx, Durkheim e Parsons são metodologicamente coletivistas; Weber e Simmel, individualistas. Vale a pena reproduzir duas citações de um trabalho recente de Boudon (1986):

“Também a sociologia não pode proceder senão a partir das ações de um, de alguns ou de muitos indivíduos separados. É por isso que ela deve adotar métodos estritamente ‘individualistas’.” (M. Weber, in W. Mommsen, Max Weber's Political Sociology and his Philosophy of World History. International Social Science Journal, 17, 1965).

“Para um conhecimento perfeito, é preciso admitir que não existe nada além dos indivíduos. Para um olhar que penetre ao fundo das coisas, todo fenômeno que pareça constituir por cima dos indivíduos qualquer unidade nova e independente se resolveria em ações recíprocas entre indivíduos. Infelizmente, esse conhecimento perfeito nos é vedado. (G. Simmel, Sociologie et Épistémologie. Paris: Presses Universitaires de France, 1981).

Em relação ao marxismo, o individualismo metodológico questiona seu recurso explícito ou implícito à explicação funcional. Por falta de uma teoria do comportamento individual, o marxismo - diz o argumento - tem utilizado proposições funcionalistas. Um exemplo seria a teoria das classes sociais, cujo impacto ao nível da política seria deixado pelo marxismo a uma teoria implícita da socialização, a partir da qual seria possível postular certos comportamentos mais ou menos invariantes. Melhor que essa aceitação implícita, e por isso mesmo acrítica, do funcionalismo, seria trabalhar com o suposto da racionalidade individual ou com sua variante mais poderosa, a teoria dos jogos, fundada no cálculo estratégico de indivíduos (pelo menos quase) plenamente informados.

A resposta é mais ou menos a seguinte: nada a objetar quanto ao individualismo metodológico, à escolha racional e, mesmo, à teoria dos jogos; o problema é que essas alternativas não vão ao centro mesmo do marxismo, que é sua teoria da história, que se move pela relação (dialética) entre forças produtivas e relações de produção (Cohen, 1982).

Em termos muito sumários, essas são as posições no recente debate sobre o individualismo metodológico. Este trabalho pretende sublinhar a abertura de caminhos que uma leitura “a favor” da escolha racional, à la Elster e Przeworski, pode representar para a teoria política (em geral e para a) marxista (em particular). Situa antes os diversos ângulos a partir dos quais a questão vem sendo tratada e descreve brevemente alguns dos modelos clássicos da escolha política racional, a fim de que a polêmica possa ser melhor compreendida.

AS QUESTÕES

Pelo menos três formulações estão envolvidas no debate recente: a do individualismo metodológico, a da teoria econômica da sociedade e a da escolha racional. Em vez de utilizar as três expressões como sinônimas, como faz

Przeworski, prefiro analisá-las brevemente. A primeira, e mais ampla, daquelas formulações separa o societal, coletivo, dos indivíduos que o compõem; a base individual pode ser buscada em qualquer lugar, do behaviorismo à psicanálise, ou até mesmo na escolha racional. Em artigo recente, George Homans (1983) se congratula consigo mesmo por ter sido sempre, mesmo sem o saber, um individualista metodológico. A questão posta nos termos de teoria “econômica” versus teoria “sociológica” da sociedade (Barry, 1978) é relacionada à anterior, mas mais específica. A especificação é a seguinte: a teoria microeconômica, da firma, trabalha com supostos sobre os indivíduos sem se preocupar excessivamente com a validação empírica desses supostos, pelo menos enquanto a teoria gerar previsões compatíveis com o comportamento observado. É a esse tipo de modelo que o termo “econômico” se refere, e o que ele salienta, mais que o individualismo (do qual a microeconomia certamente partilha) é o caráter dedutivo da teoria. Finalmente, a formulação em termos da escolha racional é a mais específica das três, na medida em que vai ao fundamento mesmo dos modelos (que são individualistas e dedutivos quanto ao método) - o cálculo racional. Entre os principais trabalhos baseados na escolha política racional, selecionei os três que me parecem mais importantes, os de Arrow (1963; 1.^a edição 1951), Downs (1957) e Olson (1971, 1.^a edição 1965). Os pontos fundamentais desses modelos - e algumas alterações subseqüentes são brevemente apresentados a seguir.

O CÁLCULO POLÍTICO RACIONAL

O que unifica os trabalhos discutidos nesta secção é exclusivamente o modelo de racionalidade individual em que se baseiam. Seus objetivos substantivos são bastante diversificados. Arrow faz uma análise estritamente teórica, enquanto Downs e Olson trabalham sobre fenômenos específicos e bem delimitados. Arrow se coloca a questão geral da agregação de preferências individuais numa escolha social; Downs formula uma teoria do comportamento dos partidos políticos e da escolha do eleitor numa democracia e Olson procura explicar a ação (ou inação) coletiva.

O PROBLEMA DA AGREGAÇÃO

Numa democracia capitalista há essencialmente dois métodos pelos quais se pode chegar a escolhas sociais: o voto, tipicamente usado para chegar a decisões “políticas”, e o mecanismo de mercado, tipicamente usado para decisões “econômicas”. Sendo a escolha social uma agregação de escolhas individuais, seria possível supor, a partir de escolhas individuais racionais, escolhas sociais igualmente racionais? A partir do “paradoxo do voto”, conhecido e analisado pelo menos desde fins do século XVIII, entre outros pelo Marquês de Condorcet, Arrow mostra que não.

“Suponhamos que existe uma comunidade de três eleitores, e que essa comunidade deve escolher entre três alternativas de ação social (por exemplo, entre desarmamento, guerra fria e guerra quente). O comportamento racional da comunidade significaria que ela ordenaria as três alternativas de acordo com suas preferências de uma vez por todas, e então escolheria em cada caso a alternativa, entre as disponíveis, que aparecesse mais alto em sua lista de preferências. Um modo de chegar à preferência coletiva implicaria em que uma alternativa fosse preferida a outra se a maioria da comunidade preferisse a primeira alternativa à segunda. (...) Sejam A, B e C ... as três alternativas, e 1, 2 e 3 os indivíduos. Suponhamos que o indivíduo 1 prefere A a B e B a C (e, portanto, A a C), o indivíduo 2 prefere B a C e C a A (e, portanto, B a A) e o indivíduo 3 prefere C a A e A a B (e, portanto, C a B). Então a minoria prefere A a B e a maioria prefere B a C. Poderíamos portanto dizer que a comunidade prefere A a B e B a C. Se ela for racional, concluiríamos que ela prefere A a C. Mas, de fato, a maioria prefere C a A”. (Arrow, 1963: 2-3).

Está colocado o problema. O campo das diferenças individuais pode ou não resolver-se numa ação social unificada. O que não se pode mais é ignorar o problema que a agregação pode constituir, ao menos em termos lógicos. O problema da escolha social é formulado por Arrow de uma maneira geral e abstrata, e coloca imediatamente questões de teoria política sobre decisões públicas que envolvem o princípio da maioria. Sua relevância para a questão da ação coletiva é, porém, clara, bastando considerar, no exemplo utilizado para caracterizar o “paradoxo do voto”, a classe operária como comunidade, e substituir as alternativas políticas dadas por alternativas do tipo “ir à greve imediata por aumento de salário”, “aceitar o salário presente em troca de um aumento futuro, garantido por investimentos presentes” e “aceitar o salário presente, sem quaisquer condições”.

ESTRATÉGIAS DOS PARTIDOS E DOS ELEITORES.

A discussão de Downs pode ser lida como uma teoria do comportamento partidário ou como uma teoria da escolha do eleitor. A teoria do comportamento partidário parte do suposto de que os membros dos partidos agem somente para

obter a renda, o prestígio e o poder que se obtém pela ocupação de cargos (egoísmo) e de que, em consequência, os partidos formulam políticas para ganhar eleições e não vice-versa. Dada uma distribuição ideológica (preferências políticas ordenadas de direita e esquerda) unimodal, num sistema bipartidário os partidos tenderão a convergir para a média da distribuição; em consequência, haverá uma forte tendência à indiferenciação entre os programas e propostas dos dois partidos, ideologicamente “superpostos” em grande medida. A teoria da escolha do eleitor diz que isso ocorre porque o eleitor também é racional, isto é, ele vota a partir do cálculo de um diferencial partidário ou, quando não tem dados para calcular um diferencial partidário diferente de zero, a partir de um diferencial ideológico. Esse cálculo é feito a partir das diferenças entre a posição do próprio eleitor e a (percepção que o eleitor tem da posição) dos partidos no campo político ou ideológico relevante. E aí retornamos à teoria do comportamento partidário, porque a média é, afinal, (por assim dizer) o “centro” da distribuição. Dada uma distribuição bimodal, a tendência dos partidos seria a de ficarem próximos a cada uma das modas da distribuição e a consequência seria a de uma clara discriminação entre os programas partidários.

O suposto de unidimensionalidade do espaço de avaliação, derivado de um modelo espacial de competição entre firmas, é excessivamente restritivo (Stokes, 1963). O espaço em que competem os partidos políticos pode ter estrutura altamente variável. Em diferentes momentos da história política, dimensões de classe, religiosas, raciais, regionais ou internacionais podem assumir o primeiro plano. Além disso, nada garante que mesmo uma pluralidade de dimensões seja comum às percepções dos partidos e dos eleitores, ou mesmo a todos os eleitores igualmente. Esse problema, no entanto, se serve para criticar o trabalho de Downs por sua aplicabilidade restrita, não o invalida. Supor a multidimensionalidade e a comunalidade do espaço de avaliação do sistema partidário e do eleitorado coloca alguns problemas técnicos transponíveis (Converse, 1966) e exige um esforço empírico mais intenso.

Embora concebido para o estudo do comportamento eleitoral e das estratégias partidárias, o modelo espacial de Downs pode ser generalizado para outros campos da política. Davis e Hinich (1970) formularam a partir dele um modelo espacial de um sistema político que parte de um cálculo semelhante aos diferenciais partidário e ideológico de Downs. O objetivo do modelo é o estudo da formulação de políticas numa democracia e seu ponto de partida são as “funções de perda” dos diversos atores políticos relevantes, funções essas calculadas como diferenças entre as preferências desses atores e as políticas governamentais correspondentes (a função é ligeiramente mais complexa, permitindo que os atores atribuam «pesos» às questões envolvidas).

A partir dos diferenciais dos vários atores relevantes (potenciados por alguma medida do poder de cada ator) o que se desloca é a política governamental que, dessa forma, faz as vezes das estratégias partidárias no modelo de Downs. Os atores de Davis e Hinich são indivíduos abstratos mas se, numa aplicação qualquer, forem coletivos, nada impede que os diferenciais sejam calculados como médias entre os diferenciais dos vários indivíduos membros desses coletivos. Esse modelo espacial de decisões políticas é muito semelhante a alguns modelos latino-americanos desenvolvidos na década de 60 na Argentina, Venezuela e Brasil (Domingo e Varsavsky, 1971; Cornblit, Di Tella e Gallo, 1971; Domingo e Sananes, s/d). A diferença fundamental é que nos modelos latino-americanos os atores são necessariamente coletivos e nenhuma observação sugere que seus atores estivessem atentos para os problemas de agregação que nos interessam, embora nada impeça que esses problemas sejam incorporados, em linhas semelhantes às sugeridas acima. Outra diferença diz respeito à própria concepção dos modelos: enquanto Davis e Hinich formulam um modelo algébrico abstrato, os latino-americanos trabalham com modelos simulacionais aplicados.

A AÇÃO COLETIVA.

A teoria da ação coletiva de Olson analisa a agregação (em grupos) de interesses de indivíduos racionais na busca de bens públicos (que devem estar disponíveis para todos se o estiverem para qualquer um), com base no suposto de consenso perfeito na definição dos interesses comuns, e conclui que, a menos que o número de indivíduos num grupo seja muito pequeno, ou a menos que haja coerção ou algum incentivo espacial para fazer os indivíduos atuarem em seu interesse comum, indivíduos racionais não agirão para atingí-los. Preferirão minimizar seus custos, pegando uma “carona” (*free ride*) no resultado da ação dos outros, se essa for bem-sucedida - o que, paradoxalmente, eles contribuem para impedir. O tamanho do grupo é o principal determinante de seu sucesso na obtenção de bens coletivos.

“Se o grupo for suficientemente pequeno, isto é, se cada participante obterá uma parte tão grande do benefício total que estaria disposto a arcar com todo o custo para não ficar privado do mesmo, o bem coletivo será provavelmente alcançado. Em um grupo de tamanho intermediário, isto é, um grupo em que nenhum membro obterá benefício tal que se dispusesse a arcar sozinho com os custos, mas no qual, não obstante, o indivíduo ainda fosse suficientemente importante em termos do grupo como um todo, de tal forma que sua contribuição ou falta de

contribuição para o objetivo do grupo tivesse efeito perceptível sobre os custos e benefícios dos outros membros, o resultado seria indeterminado. Por contraste, num grupo grande, no qual a contribuição (ou falta de contribuição) de nenhum membro individual faz qualquer diferença perceptível para os outros membros, é certo que um bem coletivo não será alcançado, a menos que haja coerção ou alguma indução extra que leve os membros do grupo a agirem em seu interesse comum” (Olson, 1971: 44).

Essa análise teórica é confrontada com teorias do sindicato, do Estado e das classes e dos grupos de pressão, num levantamento cuidadoso, em que Olson sugere que seu modelo funcionaria ou, até mesmo, já funciona em variantes similares, embora construídas sobre supostos diferentes. É o caso de Lenin que, segundo Olson, preferiu confiar numa minoria comprometida e disciplinada, em vez de esperar pelos interesses comuns da massa do proletariado.

MARXISMO E ESCOLHA RACIONAL

O marxismo que responde ao desafio da escolha racional não é qualquer marxismo, mas aquele que centra a análise da transformação social na luta de classes e abandona a herança hegeliana da dialética e da teleologia histórica, ficando com alguma coisa a que se poderia chamar de a teoria social do marxismo. A resposta positiva a esse desafio corresponde à aplicação do modelo neoclássico, de equilíbrio, às questões da economia marxista. O exemplo econômico por excelência desse tipo de operação é a teoria da exploração e da classe de John Roemer (1982a), mencionado em quase todos os trabalhos recentes. Nesse estudo, Roemer deduz a exploração aplicando a teoria dos jogos a situações iniciais de desigualdade, sem recorrer a qualquer entidade ou processo supra-individual. O conceito marxista de exploração (capitalista) é subsumido como caso especial da teoria geral da exploração, que considera também a exploração feudal, a socialista e a de *status* (essa terminologia é alterada posteriormente por Wright, 1985). O trabalho de Roemer não é tematizado diretamente na discussão recente e, portanto, não faz parte da revisão proposta neste trabalho, uma vez que se trata de discutir a teoria política marxista.

Elster (1982: 454) estabelece diretamente a analogia:

“...o que a microeconomia é para a teoria econômica marxista, a psicologia social deve ser para a teoria marxista da ideologia”.

O argumento é conduzido em dois níveis, o filosófico (Elster) e o sociológico (Przeworski). Filosoficamente, o que Elster critica é a concepção da história como processo sem sujeito (1982: 454). É isso que leva um certo marxismo a

“buscar o motor da história e as forças estabilizadoras das sociedades em abstrações como ‘forças produtivas’, ‘relações de produção’, ‘classes’, ‘estado’ ou ‘ideologias’, sem indicar como elas se ancoram em ações, motivações e crenças individuais” (Elster, 1986: 60).

É por causa dessa falta de sujeitos que o marxismo tem que recorrer a “explicações» funcionalistas do tipo “o Estado capitalista existe para assegurar a acumulação capitalista”, que só saberiam dar lugar a uma explicação causal em suas interpretações, uma baseada na “força” supra-histórica, outra fundada numa teoria conspiratória.

“Se toda violência fosse estrutural, os interesses de classe puramente objetivos, e o conflito de classes nada mais que interesses de classe incompatíveis, a teoria dos jogos (como ramo da teoria da escolha racional) nada teria a oferecer ao marxismo. Mas porque as classes se cristalizam em atores coletivos que se confrontam sobre a distribuição da riqueza e do poder, assim como sobre a natureza das relações de propriedade, e como também há relações estratégicas entre membros de uma mesma classe, a teoria dos jogos é necessária para explicar essas interdependências complexas” (Elster, 1982: 464-5).

Mas a posição de Elster não é radical a ponto de querer expressar todo o marxismo nas ações de indivíduos. De acordo com ele, as premissas básicas da teoria da escolha racional são duas:

“(1) os limites estruturais não determinam completamente as ações empreendidas por indivíduos numa sociedade; (2) dentro do conjunto de ações compatíveis com aqueles limites, os indivíduos escolhem aqueles que, acreditam, conduzirão aos melhores resultados” (1982: 463-4).

O que o marxismo determinista parece supor é que sempre se dá o caso especial, que pode acontecer sob certas condições, de que aquele conjunto de ações encolha para uma só alternativa. O processo de socialização, tão caro ao funcionalismo e implicitamente aceito pelo marxismo, dotaria os indivíduos de “estruturas de preferências” e não de “tendências quase compulsivas a agir de uma maneira determinada” (1982: 464). Enquanto Elster está interessado em mostrar as vantagens da escolha racional para livrar o marxismo do «beco-sem-saída» em que se encontra, Przeworski

trabalha a intersecção mesma entre marxismo e escolha racional, contrapondo os principais argumentos de um e de outra em três grandes tópicos: a teoria da ação individual, a formação da identidade dos atores coletivos, a ação coletiva e a estrutura do conflito de classes. Essa contraposição resulta na aceitação da escolha racional, modificada em alguns supostos.

Ação individual. Posto que o marxismo não tem qualquer teoria da ação individual, Przeworski coloca como objeções marxistas à teoria da escolha racional objeções que podem ser feitas por qualquer coletivismo metodológico, embora busque em autores marxistas seus principais argumentos. A grande objeção é a de que, contrariamente ao que supõem os modelos de escolha racional, as preferências dos indivíduos não são estáveis nem universais, mas dependem de condições históricas: um camponês que paga renda em dinheiro e pode, portanto, usar a informação disponível via mercado para escolher o que plantar é diferente de um camponês que paga renda em espécie, pode no máximo escolher técnicas de produção, e não participa do mercado. O suposto de que os donos de recursos maximizam o lucro num mercado plenamente informado será inútil sob condições históricas diferentes do capitalismo desenvolvido. A conclusão é de que a teoria da escolha racional deve acrescentar, a seu suposto formal de racionalidade, informações históricas substantivas sobre o que os indivíduos querem, o que eles sabem e sobre as escolhas específicas que se lhes oferecem.

Identidade coletiva. A origem social da formação das identidades coletivas - como resultado de conflitos nos quais todos tentam impor uma forma particular de organização da sociedade - é inquestionável. Mas isso não implica em que a racionalidade individual não tenha lugar: primeiro porque, formadas as preferências no conflito, sobraria espaço para a escolha individual; depois porque o próprio conflito sobre o estabelecimento das preferências pode envolver ações racionais. A consequência para a escolha racional é uma certa regressão: ela deve endogenizar a formação de preferências, em vez de simplesmente tomá-las como dadas. Parece claro, porém, que essa regressão terá que parar em algum momento, deixando o problema em aberto.

Ação coletiva. As consequências das teorias da escolha racional estão em contradição frontal com a suposição de uma história dirigida por uma força a um fim determinado. Essa determinação é substituída por uma pergunta pelas condições sob as quais grupos (classes) com preferências comuns agirão coletivamente para realizar essas preferências. Mas o problema da “carona” não esgota a questão da ação coletiva. As objeções, neste caso, são do próprio Przeworski: em primeiro lugar, o problema estratégico enfrentado pelos trabalhadores, por exemplo, consiste em que eles competem entre si pelo emprego; em segundo lugar, eles têm um conflito coletivo com os capitalistas.

Depois de organizados, os trabalhadores podem defrontar-se com o problema da «carona»; eles só se organizarão, porém, se a competição entre eles for de alguma forma superada (o que quase certamente envolve algum grau de coerção). Por outro lado, sua organização depende do nível de organização dos capitalistas. O que a escolha racional tem que considerar é o tecido social em que a racionalidade individual está mergulhada.

O conflito de classes. O conflito de classes no capitalismo não é necessariamente um jogo de soma-zero. Exemplos da experiência de relações entre classes no capitalismo ocidental sugerem que existem condições para soluções de compromisso. Essas condições não ocupam, porém, relativamente às teorias da escolha racional, o papel determinado que o jogo de soma-zero desempenha para o marxismo. Da mesma forma que com o resultado do processo de consciência de classe, o compromisso ou a revolução vão depender de condições históricas específicas, que têm que fazer parte da análise.

CONCLUSÃO

Talvez os defensores do individualismo metodológico, e das teorias da escolha racional em particular, exagerem a importância que esse tipo de concepção pode ter para o desenvolvimento da teoria marxista. Espero que tenha ficado claro, por outro lado, que não estamos em presença de uma versão radicalmente individualista. O “compromisso” entre estrutura e escolha individual fica claro tanto em Elster como em Przeworski. Em Elster, o indivíduo escolhe entre alternativas cujo limite é dado pela estrutura. É claro que o “compromisso” só não se desfaz porque o argumento não é levado um passo adiante, na procura de expressar a própria estrutura como resultado de ações individuais passadas.

A operação complementar conduzida por Przeworski leva a um resultado semelhante. A escolha racional deve acrescentar ao modelo abstrato da racionalidade elementos históricos substantivos que permitam conhecer o que constitui racionalidade em cada situação; ela não deve considerar as preferências como dadas, mas estudar sua formação, que faz parte do conflito no qual se formam identidades coletivas, as quais, por sua vez, se constituem em limites estruturais para a ação de indivíduos em situações estratégicas diferentes.

Convém ainda fazer uma breve menção a duas observações interessantes para o debate. Birnbaum (1986) traça um paralelo entre Lenin e Olson, mostrando que o que é ação racional para este corresponde à alienação para aquele, e

sugere que teorias como a de Olson só poderiam mesmo florescer em sociedades anglo-saxãs, especialmente os EUA, caracterizadas pelo individualismo, pelo estabelecimento precoce do mercado, e por um Estado fraco, e onde a ideologia darwinista da mobilidade funciona como obstáculo ao socialismo e ao marxismo.

Em clave diferente, Hirschman (1983) critica a pobreza da teoria da sociedade de Olson e propõe uma «teoria do ciclo político», que se caracterizaria por uma alternância entre envolvimento mais intensos com a esfera privada e com a pública. A análise de Olson seria adequada ao momento privado do ciclo; no momento público, a participação não constituiria um custo, mas um benefício: “a segunda melhor coisa”

Referências bibliográficas

ARROW, Kenneth J. (1963) *Social Choice and Individual Values*. N. York: John Wiley and Sons (1.a edição 1951).

BARRY, Brian (1978). *Economists, Sociologists and Democracy*. Chicago: University of Chicago Press.

BERGER, Johannes, e Claus OFFE (1982). Functionalism vs Rational Choice? Some Questions concerning the Rationality of Choosing one or the other. *Theory and Society* 11, 2.

BIRNBAUM, Pierre (1986). Action Individuelle, Action Collective et Stratégie des Ouvriers. P. Birnbaum e J. Leca (orgs) *l'Individualisme*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

BOUDON, Raymond (1986). Individualisme et Holisme dans les Sciences Sociales. P. Birnbaum e J. Leca (orgs), op. cit.

COHEN, Gerald A. (1982). Reply to Elster on ‘Marxism, Functionalism and Game Theory’. *Theory and Society* 11, 2.

CONVERSE, Philip E. (1966). The Problem of Party Distances in Models of Voting Change. M.K. Jennings e H. Ziegler (orgs) *The Electoral Process*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice- Hall.

CORNBLIT, Oscar, Torcauto Di TELLA e Ezequiel GALLO (1971). Un Modelo de Cambio Político para America Latina. O. Varsavsky e A. E. Calcagno (orgs) *America Latina: Modelos Matemáticos*. Santiago: Editorial Universitária. (originalmente publicado em *Desarrollo Economico*, 1968).

DAVIS, Otto, e Melvin HINICH (1970). A Mathematical Model of Policy Formation in a Democratic Society. J. Bernd (org) *Mathematical Applications in Political Science*.

DOMINGO, Carlos, e Oscar . VARSAVSKY (1971). Un Modelo Matemático de la UTOPIA de Moro. O. Varsavsky e A.E. Calcagno (orgs) op. cit.

_____, e Marta SANANES (s/d). A Socio-Political Model of Brazil. F. Bonilla et alii (orgs) *Numerical Experiments with National Systems Models*. Stanford University: Institute of Political Studies.

DOWNS, Anthony (1957). *An Economic Theory of Democracy*. N. York: Harper and Row.

ELSTER, Jon, (1986). Marxisme et Individualisme Methodologique. P. Birnbaum e J. Leca (orgs) op.cit.

_____. (1983). Reply to comments. *Theory and Society* 12, 1.

_____. (1982). Marxism, Functionalism and Game Theory. The Case for Methodological Individualism. *Theory and Society* 11, 2.

HARSANYI, John C. (1969). Rational Choice Models of Political Behavior vs. Functionalist and Conformist Theories. *World Politics*.

HIRSCHMAN, Albert O. (1983). *De Consumidor a Cidadão. Atividade Privada e Participação na Vida Pública*. São Paulo: Brasiliense.

HOMANS, George C. (1983). Steps to a Theory of Social Behavior. An Autobiographical Account. *Theory and Society* 12.

OLSON, Mancur (1971) *The Logic of Collective Action*. N. York: Schoken Books. (1.a edição 1965).

PRZEWORSKI, Adam (1986). *Marxism and Rational Choice* (mimeo)

_____. (1985). *The Challenge of Methodological Individualism to Marxist Analysis* (mimeo), publicado no livro organizado por Birnbaum e Leca.

ROEMER, John (1982a). *A Guerra Theory of Exploitation and Class*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

_____. (1982b). Methodological Individualism and Deductive Marxism. *Theory and Society* 11, 2.

STOKES, Donald E. (1963). Spatial Models of Party Competition. *American Political Science Review* 57.

WRIGHT, Erik O. (1985). *Classes*.